

Mentiras na infância

criação, luto e negacionismo

Beatriz Martinho Azevedo
Adriana Barbosa Pereira

Resumo Esse artigo foi desencadeado por um processo de supervisão que se deu a partir da escuta das pequenas mentiras de uma pré-adolescente atendida no início da pandemia, seguido pela leitura do texto “Minto, logo existo” da psicanalista Radmila Zygouris. A autora sugere retirar a mentira de uma lógica moralizante, e a aborda enquanto recurso psíquico que protege o sujeito. A psicanalista propõe uma distinção entre a mentira da criança e a do adulto, sobretudo das distorções e negacionismos vistos nas *fake news*. Entende-se que não é sem efeito quando a mentira é proferida por quem ocupa lugares de autoridade, com potencial abertura de uma ferida no valor social da palavra e da confiança no outro. O isolamento da pandemia coincidente com a crise democrática no Brasil, nos ajuda a refletir sobre as saídas encontradas pelas crianças e pelos jovens para fazer anteparo frente ao excesso de proximidade do outro, assim como para processar suas perdas, o que nos serve para além das especificidades desse momento histórico.

Palavras-chave mentira; criança; luto; negacionismo.

Beatriz Martinho Azevedo é psicóloga e psicanalista, bacharel em Psicologia pela PUC-SP e diplomada pela Université Lille 3, França (Licence). Atua em consultório particular e como acompanhante terapêutica.

Adriana Barbosa Pereira é psicanalista e psicóloga (UFMG), mestre e doutora em Psicologia pela USP, professora da PUC-SP. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi, supervisora clínica e institucional em saúde mental da infância e juventude. Coorganizadora do livro *Sonhar: figurar o terror, sustentar o desejo* (Zagodoní, 2021) com Ernesto Coelho Jr; é autora de artigos em várias publicações.

Na infância e na adolescência, as mentiras são muitas vezes palco de conflitos, sobretudo entre crianças e adolescentes e seus educadores. Frequentemente ouvimos pais preocupados com as mentiras de seus filhos, buscando estratégias de especialistas psis ou recorrendo ao lugar pedagógico da escola para que alguém os ajude a interceder em nome da verdade e de alguma retidão moral e de caráter. Também se sentem confusos sobre os limites entre o faz de conta e a crença da própria criança na realidade da sua fantasia, já que não são todas as crianças que anunciam o início da brincadeira de ser-o-que-não-se-é com uma formulação clara como “faz de conta que...”, “finge que...” ou mesmo “mentira que eu era...”. A mentira é tema clássico para a psicanálise na medida em que se ocupa das diversas formas de negação, borra a diferença entre criação e defesa nas fronteiras do mundo interno e do mundo externo, que tocam especialmente as crianças, mas claramente não só a elas.

Da mesma forma, recorrentemente escutamos na clínica como os pais se atrapalham frente aos filhos quando se deparam com verdades que julgam serem duras ou feias demais para eles. Adoções, filhos de um outro casamento ou relação, adoecimento ou morte de outros parentes ou animais de estimação, questões da sexualidade, quebras financeiras, são alguns dos tantos temas sobre os quais ainda se faz segredos, omitidos ou mentidos. São diversas as situações em que os adultos por motivação singulares e transgeracionais mentem ou omitem suas verdades, não raro na intenção de proteger as crianças de algo traumático ou frustrante, e em outras de protegerem a imagem idealizada de si mesmos frente à criança.

Isto posto, fica evidente que não é possível enquadrar todas as mentiras em um mesmo plano. Seria equivocados e simplório afirmar



*no presente trabalho, pensaremos
as mentiras constitutivas e necessárias
em contrapartida aos efeitos
graves do desmentido*

que a mentira é sempre uma transgressão ou que flerta com a imoralidade. Certamente, mentir sobre a paternidade de uma criança não é a mesma coisa que fabular sobre a existência do Papai Noel. Tampouco podem ser tomadas como equivalentes a mentira que um filho conta para os pais e a que os pais contam para um filho.

Assim, no presente trabalho, propõe-se pensar as mentiras constitutivas e necessárias em contrapartida aos efeitos graves do desmentido, quando nega-se um acontecimento importante, seja em âmbito individual ou coletivo, de modo mal intencionado. O ponto de partida para o desenvolvimento do tema foi o caso de uma pré-adolescente que chega para uma de nós em 2020 e que é levada para a outra no contexto de supervisão. Já havia começado a pandemia e esta menina, por volta de seus 12 anos, tinha acabado de receber um diagnóstico de pré-diabetes. Ela era de uma família que gostava muito de doces, em especial um dos pais, com quem ela tinha uma afinidade particular. Seus familiares procuram atendimento bastante alarmados com as “mentiras” (sic) dela, que andava pegando doces escondida na cozinha. Vale dizer que, como é comum, ao chegarmos mais perto vemos que a história não se resume ao pequeno gesto transgressor de roubar doces na madrugada: envolvia sua adoção, os não-ditos do racismo estrutural no contexto de uma família branca que se torna interracial com a chegada desta menina negra, além do lugar de estima que essa família tinha pela educação e pela pedagogia.

A partir da discussão em supervisão, surge a indicação do texto “*Je mens, donc je suis*” [“Minto, logo existo”], escrito em 2002 pela psicanalista francesa de origem iugoslava, Radmila Zygouris. É em continuidade a este trabalho de supervisão,

e posteriormente de tradução e revisão técnica do texto de Zygouris, assim como de sua contextualização e de uma aposta em sua pertinência e atualidade no Brasil de 2022, que se desenvolve o presente artigo.

Radmila, como pode ser lido em seu texto publicado na *Revista Percurso* 69, traz distinções que permitem resgatar uma ética frente à mentira, bem como aponta para a criatividade enquanto um recurso psíquico fundamental. Não, as mentiras não são todas iguais! Diferenciá-las é tarefa necessária na singularidade e no privado da clínica, assim como na vida compartilhada e pública.

A mentira criativa e constitutiva das crianças

Radmila retira, de partida, a mentira de qualquer juízo de valor, afirmando também que todos sabem mentir com maior ou menor habilidade. Isto é, não é necessário um aprendizado específico para que se possa mentir, tampouco mentir depende de um traço de caráter ou se restringe a uma estrutura psíquica específica. Essa formulação aparentemente simples guarda uma posição ética fundamental não psicopatologizante ou moralizante da mentira. A psicanalista aponta que a mentira tem um papel constitutivo, uma vez que se dá enquanto recurso psíquico que protege o sujeito frente ao outro. Não raro, a mentira é uma expressão da possibilidade de existência de um segredo, de um espaço íntimo sobre o qual não se quer ou não se pode partilhar. A autora afirma: “[...] uma criança que não sabe mentir é preocupante. Pois é uma criança que não sabe se proteger.”

A vinheta clínica de um menino de 13 anos, com defesas autísticas, pode ilustrar a importância desta face constitutiva: atendido por uma de nós desde os 11 anos, Paulo⁴⁰ tem dificuldade em suas relações no laço social. Mais especificamente, o limite entre ele e o outro por diversas vezes parecia confuso e pouco consistente. Fosse quanto ao corpo físico ou aos seus pensamentos, a delimitação eu-outro parecia vacilar, ocasionando

episódios em que ora ele invadia o espaço pessoal alheio, ora vivia as entradas alheias como excessivas e intrusivas.

Em acompanhamento terapêutico em uma praça, por vezes ele perguntava para sua mãe qual o nome das crianças com quem havia brincado logo antes, quando ela havia ficado esperando em outro espaço. Esta, como outras falas, denunciava que Paulo tinha dificuldade em discriminar seus pensamentos daquilo que ele havia vivido com o outro. Parecia assumir que, especialmente sua mãe, tão necessária no apoio em traduzir seus comportamentos e suas falas para o mundo, sabia sobre o que ele estava se referindo, ainda que ela não houvesse presenciado determinado evento ou que ele não tivesse contado do assunto para ela.

Já com 13 anos, depois de um conflito com crianças na praça, em que ele havia se comportado de maneira mais agressiva, e de ouvir que aquilo não poderia acontecer novamente, Paulo diz à psicóloga: “Não vai contar pra minha mãe, né? Xiu xiu, segredo!”. O espaço sigiloso lhe foi assegurado, sobretudo entendendo que, neste caso, era mais relevante o anteparo psíquico que Paulo estava construindo como recurso, diferenciando-se de sua mãe, do que o episódio que havia se passado.

Da mesma maneira, professoras começaram a presenciar momentos de raiva de Paulo quando diziam que iam deixar bilhetes para sua mãe em sua agenda contando de certos ‘maus comportamentos’ seus. Foi possível conversar com a escola que a estratégia de escrever para a mãe dele parecia não servir mais para seu caso naquele momento. Salvo situações mais preocupantes, em que a escola deveria acionar os pais, “não contar” de sua vida escolar para a mãe era uma condição para Paulo construir um espaço íntimo, que lhe resguardasse de uma sensação de onipresença dela. Apesar de evidente, vale reforçar que espaços de reserva do grupo familiar, não somente para este menino, são fundamentais para as separações constitutivas entre as crianças e adolescentes e



Paulo diz à psicóloga:

*“Não vai contar pra
minha mãe, né?
Xiu xiu, segredo!”*

suas famílias. Espaços que inevitavelmente foram invadidos pelo isolamento social, impedindo que crianças e jovens contassem com a escola e outros lugares para construção desses refúgios dos olhares da família e dos adultos em geral. Hiatos tão necessários à convivência para ambos os lados, pais e filhos.

De certo modo, a pré-adolescente mencionada anteriormente, ao pegar doces escondida de sua família em sua própria casa, cria um recurso que lhe permite – ao menos em um primeiro tempo – conciliar sua vontade e o ideal sustentado pela família de cuidado com a saúde, de autocontrole, de uma vida regrada e sem excessos.

Em seu texto “Adaptação da família à criança” (1927/2011), Ferenczi aponta este conflito vivido pelos filhos, no qual eles veem suas próprias ideias em contraposição às dos pais:

“As ideias e os ideais à sua volta obrigam também a criança a mentir. [...] As primeiras opiniões da criança são, é claro, as suas: doces são bons, as troças são más. A criança defronta-se então com toda uma série de opiniões diferentes, profundamente enraizadas no espírito de seus pais: os doces são ruins, ser educado é bom. Assim, a sua vivência pessoal efetiva, agradável ou desagradável, opõe-se aos dizeres das pessoas encarregadas de sua educação, pessoas a quem ama profundamente, apesar de suas opiniões manifestamente errôneas, e das quais depende também no plano físico. Por amor a essas pessoas, deve adaptar-se a esse novo e difícil código.” (p. 12)

Neste sentido, pode-se dizer que as pequenas mentiras garantem uma autonomia à criança: é possível para ela preservar suas opiniões, seus desejos, sem que tenha que se ver em conflito explícito com a família ou com quem ama, ainda que ele ocorra internamente. Desse modo, quando

1 Nome fictício.



*a primeira distinção
que Radmila propõe é justamente
quanto à diferença entre
a criança e o adulto*

adotada provisoriamente, não indica um problema grave, mas um processo de separação do outro subjetivante. Por outro lado, é quando fixa uma saída única frente ao conflito que a mentira ganhará outro sentido.

É precisamente neste ponto que Radmila situa a mentira como um recurso de criação, assim como a brincadeira e o faz-de-conta: neles, a criança pode conceber uma outra realidade possível frente à indocilidade do objeto. Isto é, pode conciliar seus desejos com a realidade, com a ilusão necessária de que pode manipulá-la como massa de modelar, se não na totalidade, nas frestas, dando outra forma, oferecendo plasticidade para uma experiência com o outro que muitas vezes inclui doses de frustração e algum grau de submissão à autoridade dos adultos.

Se por um lado servirá de alerta constatar que uma criança não sabe mentir e não criou este anteparo protetor que a resguarda frente ao outro, por outro também causará preocupação aquelas que mentem cronicamente – situação que também se difere dos momentos em que as crianças estão testando a atenção dos adultos sobre elas, sua inteligência, em quais mentiras eles caem, assim como testam a veracidade do que os adultos falam.

E como não é incomum os adultos serem aqueles que contam histórias mirabolantes, convidando a criança para a fabulação, não é raro que elas também sondem os momentos de seriedade e de ficção nesse jogo. Ou que façam perguntas tão desconcertantes que toquem os limites dos segredos dos adultos. A mentira dos adultos sobre a sexualidade, quando a curiosidade das crianças os toma como alvo, é um assunto das origens da psicanálise. Em seus artigos sobre a sexualidade infantil, tanto Freud (1905) quanto Ferenczi (1908) apontam como as mentiras dos

adultos sobre o nascimento dos bebês, sobre a diferença anatômica entre os sexos e sobretudo sobre o prazer sexual produzem um grande des-serviço à confiança da criança sobre seu pensamento, sua percepção e suas sensações corporais, criando inclusive um curto circuito na experiência de prazer. “Como me dizem que eu não devo me tocar que isso pode me fazer mal ou trazer doenças se é gostoso quando faço isso?”

Para pensar a mentira e seu papel constitutivo, assim como a diversidade no espectro do mentir, a primeira distinção que Radmila propõe é justamente quanto à diferença entre a criança e o adulto. Se por um lado pode-se dizer que a mentira da criança não se distingue daquela do adulto quanto à natureza, sendo da mesma ordem desta última, existe uma dissemelhança quanto à posição ocupada por cada um dos dois. Já em *Ah! As belas lições!* (1995), a autora insiste naquilo que, para ela, o texto de Freud explicita e ao mesmo tempo apaga: ao introduzir a ideia de que as crianças apresentam, também elas, desejos sexuais, deixa em segundo plano a existência desta diferença, criança/adulto (p.32). Pode-se entender, portanto, que antes mesmo de se dar conta da diferenciação sexual, a criança percebe que existe uma dissimetria entre o lugar que ela ocupa e aquele ocupado por um adulto: “Pois o que predomina, ao contrário do que se afirma geralmente, não é a diferença dos sexos, é a diferença criança-adulto.” (p. 16)

Assim, ela irá afirmar que a criança não corresponde ao ideal de pureza e ingenuidade que os adultos comumente atribuem a elas e que, se em algum momento é possível dizer que a criança seja inocente, essa inocência se encontraria justamente na credulidade da criança no adulto. Isto é, ela, em sua posição de dependência do adulto no que tange às necessidades mais concretas, assim como no âmbito afetivo, partiria da crença de que este, em toda sua suposta potência, não precisaria mentir. É então, quando descobre a mentira do adulto, que, segundo Radmila, seu mundo infantil desmorona. Ferenczi (1927/2011) situa neste ponto uma das maiores dificuldades vividas pela

criança: a percepção de que o elevado idealismo que tinha sobre estes adultos não corresponde à realidade. Ele vai dizer:

“Mesmo os pais tão venerados não dizem sempre a verdade, mentem deliberadamente e, segundo eles, no interesse único e exclusivo da criança. Mas, uma vez que a criança tenha tido essa experiência, torna-se desconfiada.” (p.12)

Desta forma se diferem as posições da criança e do adulto, já que este é responsável por interpretar o mundo e garantir a lei, e é na fissura desta imagem ideal dos pais para a criança que algo de sua inocência infantil se rompe. Aqui, cabe acrescentar que este momento de ruptura para criança, embora apareça como traumático na vivência infantil, dificilmente pode ser evitado. Ou seja, trata-se mais das desconstruções constitutivas da idealização e da onipotência, nesse caso paterna. Afinal, tão perigoso quanto uma pessoa que não sabe mentir e, portanto, não apresenta anteparos que a resguardem minimamente frente ao outro, é aquela que não pode suportar a mentira alheia. Assim, poder desconfiar do outro e não crer fielmente em todo interlocutor é também uma defesa que previne que o sujeito não se coloque de modo demasiadamente inocente diante do outro, de suas histórias e interpretações, colocando em risco a existência de sua própria subjetividade.

Para além disso, Radmila sugere pensar a mentira de outro modo que não o de buscar aquilo que a antecedeu no intuito de encontrar algum suposto significado inconsciente que estaria escondido por detrás. Ao invés disso, irá propor que a mentira seja analisada a partir da função que ela vem a ocupar. Por exemplo, em sua função de sobrevivência, quando ela é a única maneira de se salvar frente à possibilidade de perda de amor do outro, de punição ou de vergonha. Será sempre necessário se aproximar do singular de cada situação que envolve uma mentira para entender sua função, ou seja, se trata mais de um dilema ético do que uma solução moral antecipada.

Como veremos mais adiante, estaremos ainda frente a outro problema quando a criança

»»

*Marcia Schivartche abre uma reflexão
quanto à mentira contada pelos
pacientes e a posição do analista
quanto ao manejo frente a ela*

está identificada com um adulto que nega sua experiência e desmente o que ela viveu (Ferenczi, 1927/2011).

Em seu artigo “A mentira contada em análise”, Marcia Schivartche (2018) abre uma reflexão quanto à mentira contada pelos pacientes e a posição do analista quanto ao manejo frente a ela. Em articulação com as ideias propostas por Radmila, a autora sugere que não se tome um viés moralista diante da mentira do espaço analítico. Ela defende que o trabalho em questão não se trata de averiguar a realidade, tampouco de confrontar o real que o paciente nega, mas sim buscar entender a mentira a partir da função que ela vem a cumprir no singular de cada caso, sublinhando que por vezes a mentira permite ao sujeito se proteger e tornar a vida mais suportável.

De maneira análoga ao trabalho com os sonhos em análise, a mentira na transferência apresenta também um conteúdo manifesto e um conteúdo latente, que não devem ser ignorados:

“A mentira é mais um elemento a ser analisado, não devendo ser temida. No manejo transferencial, é preciso estar atento ao conteúdo da mentira que é construído a partir da fantasia, o que deve ser igualmente analisado, e o uso dela apreendido a partir de sua função.” (p. 278)

Transpondo essa mesma lógica, entende-se que ao mentir a criança e o adolescente dizem algo de sua posição frente ao outro e de como desejam se situar nesta cena. Afinal, como questiona Schivartche, “O paciente ao mentir não estaria dizendo algo do próprio desejo?” (p.265)

A mentira, assim, apresenta-se como uma manifestação significativa dos desejos encobertos, na qual não é possível deixar de lado o endereçamento a este outro a quem ela é contada.



*a pandemia contribuiu
para uma aproximação forçada
entre os membros da família*

Pandemia, luto e negacionismo

Com a chegada da pandemia em 2020, houve a adoção de protocolos de quarentena e isolamento, ainda que não pela totalidade da população. Também as escolas, esse segundo espaço e grupo social das crianças, encontraram-se fechadas para as atividades presenciais durante meses, com as aulas transpostas para o contexto virtual. Esse panorama contribuiu para uma aproximação forçada entre os membros da família. Muitas relataram as boas surpresas desses encontros, mas não foi sem mobilizar a criatividade de cada um. Certas famílias viveram mais juntas do que nunca, isoladas em suas casas por extensos períodos, vivenciando uma rotina sem os lugares e atividades que geralmente criam anteparos intrafamiliares, como o trabalho, a escola, e os espaços de lazer. Nesta conjuntura, fosse frente aos excessos de outro, fosse frente ao horror próprio da pandemia e do contato com a morte - pessoalmente ou através das notícias sobre seus alarmantes números - a mentira foi por vezes um recurso de crianças e adolescentes para responderem e se protegerem da indocilidade do objeto em uma realidade tão adversa, inclusive com uma limitação da convivência social que em muitos casos se restringiu à família nuclear. Se muitos relatam o prazer de um resgate do convívio mais direto e mais intenso com as crianças durante o período de isolamento social, essa experiência tem também sua outra face de intensificação de conflitos e necessidade de construção de outros espaços de privacidade e afastamento.

Vale ressaltar que não cabe aos adultos fazer “vista grossa” às mentiras das crianças e isto tampouco é o que Zygoris defende no texto já mencionado. Os adultos não podem ignorá-las

e muito menos fingir não vê-las. É necessário que estas sejam reconhecidas e apontadas para a criança, que ela saiba da ciência do adulto. Conduta que difere significativamente de uma hiper moralização da mentira ou até mesmo, nos tempos atuais, de sua psicopatologização, que cria uma espécie de profecia auto realizável quanto ao que a criança virá a ser no futuro, como se pudesse haver a identificação precoce de uma fragilidade de caráter que apontasse para os riscos, por exemplo, da criança tornar-se criminosa. Entender a mentira em seu lugar estruturante e criativo coloca o adulto em posição de reconhecê-la quando a criança a coloca em cena, sem que isto tampouco tenha de ser hipervalorizado se não se configura como uma saída fixa e única do conflito.

Em seu texto, Radmila libera a mentira do julgamento moral, mas certamente não para autorizá-la indiscriminadamente - sobretudo em determinados contextos sócio-políticos. O Brasil e outros países vêm enfrentando ondas conservadoras e líderes que tomam posições assumidamente negacionistas, no que tange a fatos e registros históricos ou a estudos científicos e à pesquisa. As relações sociais e comunicações realizadas por meio digital e em mensagens curtíssimas favorecem o falseamento e a simplificação da realidade. Não é preciso ter ilusões sobre a realidade objetiva para assumir que há uma diferença significativa entre reconhecer as múltiplas interpretações dos fatos históricos e o negacionismo como manipulação política.

Em “Adaptação da família à criança”, Ferenczi (1927/2011) afirma que “o homem é o único ser vivo que mente” (p.11)”. Se podemos compreender a mentira como um fenômeno articulado aos seres humanos enquanto seres de linguagem, por outro, nos últimos anos vem acendendo um tipo bastante particular de mentira. No fenômeno das *fake news* produz-se uma banalização em massa da mentira, em que a propagação de informações, não somente distorcidas, mas completamente falsas, são utilizadas amplamente e de modo perverso como forma de promoção política. Nos últimos anos convivemos cotidianamente com

fake news, e se em algumas situações há difamações que são penalizadas (quando está clara sua autoria), pode-se dizer que em outras esse tipo de mentira foi sendo de certo modo admitido socialmente. Tanto pela dificuldade neste controle quanto pela falta de força política e penal para punir os emissores da notícia falaciosa.

Não é sem efeito quando a mentira é proferida por quem ocupa lugares de autoridade – sejam estes os de pais, mães e outros educadores ou de altos cargos públicos na política. Nisto pode-se dizer que a mentira da criança, que fabula uma outra realidade imaginada, ou até a que mente para proteger-se e não se deparar com uma situação conflitante, está radicalmente distante das distorções e negações de informação e do mau-caratismo que obstrui o diálogo democrático.

Se por um lado pode-se dizer que as mentiras dos políticos sempre existiram, por outro, é necessário diferenciá-las do desmentido das vivências coletivas de perda e de horror por parte das autoridades e instituições supostamente em posição de garantir a lei. Contrariamente a este segundo e seus potenciais efeitos nocivos, faz-se necessário reconhecer e legitimar estas vivências coletivas

Ainda no que tange ao contexto particular trazido pela pandemia, Kupermann (2021) aponta três tipos distintos de negacionismo: o pragmático, o hipócrita e o ilusório. O primeiro deles se relacionaria majoritariamente com pessoas de classe social menos favorecida socialmente, que estiveram impedidas de realizar distanciamento social sob a premissa de que era necessário trabalhar – importante dizer, em sua maioria sem que lhes fossem oferecidos auxílios, recursos ou logísticas que alargassem as possibilidades de isolamento temporário. Fossem funcionários e empregados que não tinham possibilidade de escolha pelo trabalho remoto, fossem pessoas cuja qualidade de vida e alimentação da família dependia de sua renda a curto prazo. Neste caso, pode-se dizer que o negacionismo blindava estes sujeitos “da angústia frente aos riscos da doença e às ameaças de morte”, de modo que as notícias de altas de morte por Covid e o cenário de horror



*Kupermann aponta três tipos
distintos de negacionismo:
o pragmático, o hipócrita e o ilusório*

que assolou tantos países não os impedisse de realizar suas jornadas de trabalho, de pegar transporte público sem máscara ou de ficar expostos ao risco de contaminação pelo vírus.

O negacionismo hipócrita, por sua vez, abarcaria segmentos mais favorecidos da população, cuja situação financeira e de trabalho, inversamente ao primeiro caso, garantiria a possibilidade de um isolamento seguro e confortável. Aqui, diante da certeza de um atendimento de qualidade em saúde caso necessário e dos privilégios garantidos a essa parcela da população, o negacionismo se revelaria através de uma insensibilidade do sujeito frente ao sofrimento do outro. O autor relaciona este tipo com o que Freud (1921) nomeou “narcisismo das pequenas diferenças”: o sujeito, sabendo que sempre poderá contar com estes privilégios e com atendimento de saúde de qualidade caso precise, ignorava e negava o perigo que o vírus apresentava, adotando condutas de risco para si e para os outros em seu entorno, muitas vezes para desfrutar sem entraves de seus lazeres, festas, viagens.

Aponta ainda que o negacionismo hipócrita se relaciona diretamente com o falso dilema criado por “setores do governo e do empresariado segundo o qual deveríamos escolher entre salvar vidas [...] ou salvar a economia.” Lógica sustentada para que trabalhadores não deixassem de trabalhar e para que setores produtivos não perdessem seus lucros.

Enquanto isso, o negacionismo ilusório se relaciona com a regressão a uma onipotência maligna e arrogante, advinda das defesas do sujeito frente a uma situação em que ele se encontra em “estado de extrema impotência e vulnerabilidade”:

“O negacionismo iludido se pretende mais poderoso frente aos riscos e mais sabedor dos fatos do que



*o grande fator que aumenta
enormemente o potencial traumatizante
de uma experiência é o desmentido*

efetivamente é, sendo que sua onisciência alimenta teorias da conspiração paranoicas [...] – recordamos a acusação do ex-ministro da educação de que o novo coronavírus seria uma criação incentivada pelo Partido Comunista Chinês [...]” (p.150)

O autor lembra também da insistência com que o então presidente em exercício, Jair Bolsonaro, promoveu a cloroquina quando esteve contaminado, contrariando a ausência de pesquisas e estudos científicos que comprovassem sua eficácia contra o coronavírus, além de desincentivar a vacinação da população.

Kuperman afirma que, em se tratando das singularidades subjetivas, o negacionismo é uma defesa psíquica. No entanto, aponta igualmente que, no contexto da pandemia, se tratou de um ato político cujos reflexos se dão no coletivo e que, trazendo graves problemas de saúde física e mental, necessitam de tratamento tanto social quanto político.

Aqui, a distinção proposta pelo autor quanto a estes três perfis de negacionismo traz outras nuances quanto à relação com a verdade e as defesas frente à realidade, permitindo inclusive um recorte socioeconômico de leitura. Assim como não se equivalem as mentiras do adulto e da criança, diferem também a postura daqueles que negaram a gravidade dos acontecimentos de modo a se protegerem psicologicamente do medo e da ansiedade frente à necessidade de trabalhar, de quem o fez para se prevenir contra a perda de prazeres e satisfações individuais que implicavam em riscos coletivos. Ou ainda, dos discursos que negavam os esforços e avanços científicos, bem como as informações de prevenção e promoção de saúde como forma de ganhar poder e visibilidade midiática, ainda que isto tivesse como custo a morte

de milhares de pessoas que se super expuseram ao vírus por conta desta contra-informação.

Desta forma, a naturalização de mentiras travestidas de notícias e o ato de que qualquer afirmação, sem fundamentos, tenha sido veiculada por representantes públicos de poder político, predispõem a população à alienação de massa, tão bem descrita em *Psicologia de massas e análise do ego* (1921). O estatuto da lei fica perturbado de modo significativo, bem como mais restritas e empobrecidas ficam as possibilidades de um pacto compartilhado, abrindo-se uma nefasta e duradoura ferida no tecido social e em seus laços.

Em contrapartida à mentira constitutiva contada pela criança, como tentativa de salvar a si mesma – ainda que uma tentativa breve, como segundo o ditado de que “mentira tem perna curta” –, podemos situar os impactos nocivos e traumatogênicos do desmentido, tal como sugere Sándor Ferenczi (1927/2011). Ferenczi aponta que embora várias experiências tenham alto potencial traumático, elas não o serão necessariamente, a depender do modo como são acolhidas e reconhecidas. O grande fator que aumenta enormemente o potencial traumatizante de uma experiência é o desmentido, o silenciamento, o não reconhecimento do vivido, tendo um impacto significativo no processamento da realidade da criança.

Quando uma experiência de dor, de trauma e de excesso não é reconhecida ou testemunhada por um adulto que a legitime, a percepção afetiva da realidade por parte da própria criança fica abalada. Fica abalada a confiança no adulto, que ocupa lugar de autoridade e é intérprete de sua experiência com o mundo, o que perturba também a confiança em sua própria percepção, já que submete a percepção da criança à mentira do adulto. Assim, o comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu um trauma imprime uma marca que determina, em maior ou menor grau, o caráter traumático deste evento. São, desta maneira, duas surpresas excessivas: a violência do vivido e a reação desqualificadora própria do desmentido do adulto, que coloca em

dúvida o que aconteceu e põe em xeque a auto-percepção da criança.

O reconhecimento e a atribuição de sentido para uma experiência de violência, portanto, fazem toda a diferença no modo como ela pode ser escrita, elaborada e reconhecida, transformada em memória. Ferenczi aponta que os choques que inevitavelmente acontecem podem não deixar sequelas neuróticas ou de traumas precoces se os cuidadores e o ambiente acolherem estas violências. Vale ressaltar aqui que a noção de ambiente deve ser ampliada para além dos cuidadores da mãe, do pai ou dos adultos encarregados da criança, abarcando inclusive a sociedade civil, bem como o Estado e as instituições que dele fazem parte. Originalmente formuladas no contexto das psicodinâmicas intrafamiliares, vemos a potência dessas noções quando são estendidas, com o rigor que isso requer, para uma interpretação da cultura.

Quando o desmentido é vivido social e politicamente, existe um impacto coletivo que dificulta a elaboração e a subjetivação dessas experiências, já que certas vivências não devem ser privatizadas ou analisadas de modo estritamente particular ou isolado na esfera individual. É arriscado do ponto de vista da construção da memória histórica que o luto não seja vivido pública e coletivamente. De modo que as vivências de horror decorrentes da pandemia ganharão destinos mais metabolizáveis em cada psiquismo se tiverem lugar não apenas no âmbito individual e privado, mas também nos testemunhos coletivos, em um lugar público no qual seja possível o compartilhamento e a elaboração.

Poder legitimar o ocorrido é uma forma de compreensão autêntica que o adulto constrói na relação com a criança. Evidentemente, não é possível protegê-las completamente do mundo, assim como tampouco deseja-se que elas estejam inteiramente expostas ao horror. Resguardar totalmente as crianças seria uma missão impossível, já que elas são sensíveis e atentas às experiências afetivas e compartilhadas, mesmo quando não narradas explícita e verbalmente. Justamente

»»

as fake news desprotegem o sujeito e alteram sua capacidade de confiar em si mesmo e na realidade que é percebida

por isto, faz-se necessário reconhecer essas experiências, o que leva o adulto a uma posição bastante particular de não expor em excesso a criança e o jovem, mas por outro lado de não desmentir aquilo que lhes é perceptível.

Assim, se por um lado, a mentira da criança a protege e lhe serve como um recurso psíquico, pode-se dizer que as *fake news* desprotegem o sujeito e alteram sua capacidade de confiar em si mesmo e na realidade que é percebida. Entende-se este segundo tipo de mentira e o negacionismo como uma forma em que o desmentido aparece em um âmbito macro, social e coletivo por parte das autoridades supostamente guardiãs da lei e asseguradoras de direitos. Salvo que nesse caso não é diante da não onipotência do adulto que a criança estará, mas da tentativa, de caráter mais duvidoso, de uma manipulação do outro e do resguardo de uma onipotência, sempre falsa.

Se a primeira mentira é constitutiva e criativa, esta outra apresenta potenciais efeitos nocivos. Fala-se aqui dos impactos psíquicos e sociais da negação do risco da morte durante a pandemia, assim como da falta de rituais de luto e de possibilidades de seu reconhecimento. Elementos tantas vezes presentes no discurso e nos atos de representantes políticos, que estariam em posição de promover proteção e bem-estar social.

Para além das predisposições singulares intrapsíquicas, o trabalho de sofrimento, de tratamento da dor e do excesso do trauma, é atravessado pelo ambiente e pelos outros, elementos fundamentais frente ao destrutivo da catástrofe. Daí o impacto e os riscos que os desmentidos sociais produzem, uma vez que podem desembocar em traumas desestruturantes que rompem com a condição de elaboração individual e coletiva, da ritualização do mundo.

Na pandemia, mas não somente, viveu-se o esgarçamento do ambiente em sua dimensão social: nas evidentes tentativas de desmontagens do SUS, dos programas de assistência social, que dialogam com o aumento de famílias em situação de insegurança alimentar e fome nos últimos anos; nos rombos nos investimentos educacionais e no aumento da violência doméstica. São estes apenas alguns exemplos daquilo que se agravou nos últimos anos no Brasil e junto à crise democrática.

Deste modo, a pandemia, apesar de seu alto potencial traumático e desestruturante, não tem seus efeitos preestabelecidos de antemão. Ao contrário, sua conjuntura pede um outro posicionamento frente a estas vivências: que possam prevalecer respostas que deem lugar ao trabalho de apropriação de uma experiência, sobretudo diante de uma perda coletiva desta dimensão.

Referências

- Ferenczi Sándor. *Psicanálise e Pedagogia* (1908). *Obras completas, Sándor Ferenczi – Psicanálise 1*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi Sándor. *A adaptação da família à criança* (1927). *Obras completas, Sándor Ferenczi – Psicanálise 1V*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Freud Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (O caso Dora) e outros textos (1901-1905)*. *Obras completas, vol. 6*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Freud Sigmund. *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 18*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Kupermann Daniel. *A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do “bom ar”*. In: Staal A.; Levine H. B. (orgs.). *Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual*. São Paulo: Blucher, 2021.
- Schivartche Marcia. (2018). *A mentira contada em análise*. *Revista Psicologia*, 27(2), 263–285.
- Zygouris Radmila. *Je mens, donc je suis*. *Épistolettre* n. 25, 2002.
- Zygouris Radmila. *Ab! As belas lições*. São Paulo: Escuta, 1995.

Aposta-se aqui que o trabalho de psicanalistas esteja justamente nesta sustentação: de uma tentativa de fazer com que esse abalo, essa perda narcísica inevitável que nos ocorreu socialmente, possa encontrar formas diversas de reconhecimento e de elaboração da dor. Em âmbito individual e privado, mas principalmente de lutos coletivos e públicos. Aposta que a psicanálise e sua ética, enquanto lugar que permite criar condições para construir narrativas e “dessilenciamentos”, possa contribuir para resgatar formas de revitalização, de reerotização e, de certo modo, sustentar a esperança a partir do trabalho de desfazer os desmentidos pública e coletivamente.

Fica a intenção de que o debate sobre a mentira e o desmentido invoque a necessidade de construção de testemunhos singulares, coletivos e públicos e contribua para a escuta e a interpretação tanto na clínica, quanto fora dela.

Lies in childhood: upbringing, mourning and denialism

Abstract This work is the result of a supervision process based on the case of a pre-adolescent girl assisted at the beginning of the pandemic, followed by the reading of text “I lie, therefore I am”, from the psychoanalyst The author suggests removing the lie from a moralizing logic, approaching it instead as a psychic resource that protects the subject. The psychoanalyst proposes a distinction between the lie of a child and that of an adult, above all quite different from the distortions and negationism seen in the fake news. It is understood that when a lie is uttered by those who occupy positions of authority it is not without effect, potentially opening a wound in the social fabric. Still, in times of pandemic isolation coinciding with the crisis of Brazilian democracy, it is necessary to reflect upon what resources children and youngsters have found to be able to protect themselves in the face of the other, as well as to process their losses, which extend beyond the specificities of this historical moment .

Keywords lie; child; mourning; negationism.

Texto recebido: 03/2023

Aprovado: 04/2023